

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS FAMILIARES: DA TEORIA SPOLSKIANA À
ABORDAGEM AMPLIADA DE TANNENBAUM****FAMILY LANGUAGE POLICIES: FROM SPOLSKIAN THEORY TO
TANNENBAUM'S EXPANDED APPROACH**Renata Alves de Oliveira ¹Cátia Regina Guidio Alves de Oliveira ²

RESUMO: O modelo de Políticas Linguísticas criado por Spolsky foi ampliado por Tannenbaum (2012) no âmbito de análise do domínio familiar, em que se considera relevante avaliar as emoções como um fator imprevisível para entender como famílias lidam com as línguas em contextos migratórios. Segundo a autora, essa dimensão emocional pode influenciar como as línguas são usadas, percebidas e geridas pela família. Deste modo, as Políticas Linguísticas Familiares (PLF) funcionam como estratégias de defesa e de enfrentamento que visam proteger o equilíbrio familiar diante de ameaças e/ou de perdas (históricas, econômicas, socioculturais e psicológicas), para reduzir o sofrimento emocional, favorecendo assim o estado de adaptação. A metodologia de Tannenbaum para pesquisar as PLF consiste em coletar dados sobre as práticas, as ideologias e a gestão da língua na família, pela lente dos mecanismos emocionais de enfrentamento (*coping*) e defesa (*defence*) que interferem nas decisões sobre as línguas na/da família, contribuindo para esclarecer seu significado e incluindo suas funções inconscientes, defensivas e adaptativas na comunidade de acolhimento. Neste artigo, trazemos um estudo bibliográfico acerca das contribuições de Tannenbaum à teoria spolskiana de composição e análise das políticas linguísticas utilizadas pelas famílias em contextos migratórios.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas linguísticas. Família. Migrantes. Lentas. Mecanismos emocionais.

ABSTRACT: The Language Policy model created by Spolsky was expanded by Tannenbaum (2012) in the family domain scope, where it is relevant to evaluate emotions as an unpredictable factor to understand how families deal with languages in migratory contexts. According to the author, this emotional dimension can influence how families use, perceive, and manage languages. Thus, Family Language Policies (FLP) function as defense and coping strategies that aim to protect family balance in the face of (historical, economic, sociocultural, and psychological) threats and/or losses and reduce emotional suffering, thus favoring the state of adaptation. Tannenbaum's methodology for researching FLP consists of collecting data on language practices, ideology, and management through the lens of emotional coping and defense mechanisms that interfere with decisions about languages in the family, contributing to clarifying their meaning and including their unconscious, defensive, and adaptive functions in the host community. In this article, we present a bibliographic study on Tannenbaum's contributions to spolskian theory composition and the analysis of linguistic policies used by families in migratory contexts.

KEYWORDS: Language Policy. Family. Migrants. Lenses. Emotional mechanisms.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste de Paraná - Unioeste. Bolsista Capes. E-mail: renata_aol@hotmail.com ORCID: 0000-0003-1913-5469

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste de Paraná - Unioeste. E-mail: catiadeoliveira1963@gmail.com. ORCID: 0009-0000-2430-3573

1 Introdução

As Políticas Linguísticas, conforme Spolsky (2004; 2009; 2012), são as escolhas e decisões sobre as línguas nos diversos domínios da sociedade. Sendo assim, medidas de gestão e regulamento sobre e nas línguas acontecem ampla e basicamente mediante manobras implícitas e explícitas, exercendo influência sobre a sociedade no âmbito mundial, nacional, estadual, municipal e familiar (SPOLSKY; SHOHAMY, 1999; SPOLSKY; 2004; 2007; 2009; 2012; SHOHAMY, 2006; 2010; SOUSA, 2014; 2015; BERGER, 2015). Nesse sentido, o contexto sociopolítico em que as línguas são utilizadas engloba não apenas as Políticas Linguísticas (doravante PL), mas também as questões relacionadas à gestão e à regulação delas.

Essas políticas lidam com fatores tais como o uso oficial de uma língua, a promoção do multilinguismo, a padronização dos idiomas, as políticas de educação linguística e outras medidas relacionadas ao controle e organização das práticas linguísticas em uma determinada sociedade. Não, por acaso, a oficialidade das línguas é instrumento político de domínio, no que diz respeito ao firmamento de um Estado-nação. Tampouco este fator se distancia das microesferas dos redutos familiares, uma vez que é neste âmbito que as forças se reverberam como valores e princípios, conclamando a noção de identidade, pertencimento e legado condicionados a um território e a uma ‘nacionalidade’.

Spolsky (2004; 2009) afirma que as PL são definidas a partir da correlação entre três elementos basilares que são: (a) a ideologia, verificada pelas crenças e as atitudes que os indivíduos de uma comunidade expressam e/ou manifestam sobre as próprias línguas e as do entorno, ou seja, são os juízos de valores (de estatuto, poder, beleza, utilidade, importância econômica e outras qualidades) que as pessoas atribuem às línguas; (b) a prática de interação nas línguas, que corresponde ao uso e ao comportamento linguístico dos sujeitos; e (c) a gestão das e sobre as línguas, que são as convenções que regem a práticas interacionais dos sujeitos.

Vale explicar o sentido atribuído às noções de crenças e atitudes suscitadas por Spolsky no avanço de sua teoria sobre PL, para tanto, Sousa e Silva (2020) assinalam que:

Em 2004, Spolsky apresenta crenças e ideologias como sendo termos sinônimos; já em 2009, destaca que as crenças, algumas vezes, podem ser denominadas de ideologias e, somente em 2012, o autor aponta uma pequena diferença entre ambas. Para ele, as crenças poderiam ser interpretadas como ideologias quando se constituíssem em “[...] combinações mais elaboradas dos valores compartilhados pelos membros da comunidade.” (Spolsky, 2012, p. 5). [...] A questão é: como avaliar quais crenças se constituem em “valores mais elaborados” em relação às línguas e variedades? Talvez, a ausência de uma maior explicitação desses termos tenha gerado diferentes interpretações dos pesquisadores (SOUSA; SILVA, 2020, p. 4).

Por meio da triangulação entre ideologia, gestão e prática, como componentes do modelo de política linguística em relação a determinada comunidade de fala, pesquisas sobre os fatores que conduzem a política de línguas intrafamiliar podem revelar a maneira pela qual as famílias em contextos multilíngues lidam com a realidade linguística, tal como atribuem valores às línguas em suas interações nos diversos espaços dos quais participam.

A considerar a transitividade dos sujeitos nos diversos domínios sociais, vale mencionar que Sousa e Soares (2022), fundamentadas pela obra de Spolsky, atentam para a ineficiência de

“analisar a criação e a implementação de uma política linguística em si mesma sem conexão com o contexto em que está inserida (p. 102).”

Tannenbaum³ (2005; 2012) demonstra que nas políticas linguísticas das famílias plurilíngues, o padrão habitual de seleção entre as variedades faladas compõe o repertório linguístico, as crenças, as atitudes e o uso das línguas pelo grupo familiar e que, além disso, quaisquer esforços específicos para modificar ou influenciar as práticas por alguma intervenção constituem ações políticas de gestão das línguas nos diversos domínios de que a família participa.

Desta forma, a autora propõe a implementação da dimensão emocional como uma lente de análise das Políticas Linguísticas de famílias em contexto migratório, conforme discutiremos na próxima seção deste artigo.

2 A Dimensão emocional como ‘lente’ de análise das PLF

Pelo fato das Políticas Linguísticas Familiares (PLF) constituírem-se na família plurilíngue a partir de experimentações diversificadas de formação humana e múltiplas dimensões linguístico-culturais e político-econômicas, o contexto da relação familiar assume um caráter histórico cotidianamente ressignificado pela interatividade entre os entes da família, seus papéis e práticas. Em se tratando da experiência migratória, o deslocamento e as influências dos diversos domínios da sociedade de acolhimento, essas dimensões podem ser mais pulsantes e revelar os contrastes de forma mais acentuada, fazendo que a conservação de heranças identitárias seja mais manifesta.

Desta forma, a gestão de línguas exercida pelos sujeitos que conduzem as famílias caracteriza uma poderosa tática de articulação comunicativa mediante a hegemonia das línguas majoritárias vigentes na sociedade de aporte sobre as línguas minoritárias familiares e é determinante para o estabelecimento de interações em que perpassam relações de poder, mediadas por políticas linguísticas explícitas ou implícitas, verticais ou horizontais (SHOHAMY, 2006). A exemplo disso, podemos considerar que as pessoas que lideram suas famílias em diferentes contextos linguísticos usam estratégias para lidar com a dominação das línguas mais faladas na sociedade onde vivem sobre as línguas menos faladas que usam no lar.

Essas estratégias afetam a forma como elas se comunicam e se relacionam com outras pessoas, que podem ter maior ou menor poder e influência sobre as escolhas linguísticas que elas fazem, as quais são influenciadas por políticas linguísticas que podem ser explícitas (como leis ou normas) ou implícitas (como ideologias – crenças e atitudes – incorporadas no complexo sociocultural dos indivíduos). Para tanto, entendemos gestão de línguas, no contexto em que este artigo se insere, como:

a administração da presença e do lugar das línguas em dada sociedade ou espaço social por meio de estratégias e/ou práticas adotadas por sujeitos e/ou grupos que exercem algum nível de autoridade (poder), intervindo nas relações dos falantes com as línguas. Tais estratégias e/ou práticas são/podem ser adotadas, por exemplo, como forma de lidar com situações não previstas ou críticas em dado contexto de coexistência de línguas. Para tanto, os participantes/agentes lançam mão da autoridade que exercem em dado domínio para conduzi-las (BERGER, 2015, p. 58).

³ Professora Michal Tannenbaum é a líder do Programa de Educação Multilíngue da Universidade de Tel Aviv. Seu trabalho acadêmico aborda diferentes aspectos da política linguística, como as dinâmicas familiares e escolares, os desafios emocionais da imigração e a preservação das línguas, e as relações entre multilinguismo e arte.

Considerando, assim, a gestão linguística como uma forma de intervenção nas dinâmicas linguísticas de uma sociedade ou espaço social, presume-se que essas relações dos falantes com e pelas línguas acontecem em todos os domínios, moldando agentes sócio-históricos com papéis predeterminados nas interações mediadas pelo ambiente, pela temporalidade e pela atividade humana que desempenham. Logo, a família é um dos domínios em que essas relações acontecem e em que se podem transmitir ou extirpar heranças linguísticas de uma geração a outra, por interferências diretas ou indiretas de políticas linguísticas de maior amplitude social. Segundo Berger (2015, p. 58):

A presença de uma ou mais línguas em dado espaço pode ser fruto de estratégias ou práticas de gestão. A ausência de uma língua em dado espaço, do mesmo modo, pode ser também o efeito de ações com vistas ao silenciamento, apagamento e/ou deslocamento dessas línguas, ou seja, a produção da inexistência, da invisibilidade nesse espaço. No referente ao lugar, entendido como a posição que as línguas ocupam em dado sistema, sua gestão em dado espaço pressupõe o efeito de presença das línguas.

Isto significa que as línguas não são apenas formas de comunicação, mas também de poder e de identidade. As línguas que são faladas em um determinado espaço refletem as relações sociais, políticas e culturais entre os grupos que as usam. Por outro lado, as línguas excluídas ou silenciadas revelam as desigualdades e conflitos ali existentes. Portanto, a gestão das línguas é uma forma de definir quem tem voz e quem não tem, quem é reconhecido e quem é ignorado, quem pertence e quem não pertence a um dado espaço. Berger (2015) nos convida a pensar sobre o papel das línguas na construção do lugar, ou seja, do sentido de pertencimento e identificação de um grupo e seu ambiente.

As pesquisas no campo da manutenção e perda de idiomas minoritários, segundo Tannenbaum e Berkowich (2005), consideram a família como a força motriz na socialização de línguas entre crianças no contexto das línguas minoritárias frente às majoritárias. Diante disso, os estudos sobre PLF aumentaram a partir da segunda metade do século XX, devido à intensificação dos movimentos migratórios, o que, de certo modo, facilitou ao campo da Sociolinguística, o aprimoramento dos métodos etnográficos qualitativos de pesquisa sobre processos de gestão, manutenção, uso e perda das línguas no domínio familiar.

Nas políticas linguísticas das famílias plurilíngues, prevalece a determinação de comportamento linguístico definido por aqueles que desempenham o papel de autoridade na condução familiar. Ainda que os protocolos de gestão sejam atravessados por outras instâncias sociais, ideologia e práticas sobre as línguas coexistentes no reduto familiar determinam as escolhas das línguas a serem praticadas por cada um e em cada situação. Para além disso, elas definem quais e como as línguas serão transmitidas às próximas gerações. São essas escolhas, moldadas pela tríade entre gestão, práticas e ideologias que irão configurar o alicerce do repertório linguístico familiar, instituindo as PLF.

Para os estudos voltados à seara familiar Tannenbaum, (2012) apresenta uma complementação ao modelo de PLF, que suscita a ampliação da abordagem spolskiana “para incluir uma preocupação com a dinâmica implícita e inconsciente” (TANNENBAUM, 2012, p. 57, tradução nossa). Isso se faz necessário, já que, as experiências linguísticas das famílias de migrantes são complexas, adversas e envolvem aspectos emocionais, psicológicos, históricos, econômicos e sociais. A PLF é, pois, uma dimensão fundamental da vida familiar, que não pode ser analisada da mesma maneira que se trata uma questão de política pública ou social, já que cada núcleo familiar é influenciado pelos vínculos e arranjos plurais de conexões que promovem

vivências, expectativas e relações muito específicas, sobretudo quando no âmbito das migrações, em que os indivíduos precisam lidar com as mudanças e os desafios de aprender e usar um novo idioma. A PLF também reflete a identidade, a cultura e os valores das famílias em experiência migratória, que podem ser diferentes dos da sociedade de acolhimento. Por isso, Tannenbaum propõe uma análise mais sensível e holística da PLF, que leve em conta a sua essência.

A imigração é uma experiência dramática na vida das famílias que é acompanhada por um forte envolvimento emocional, às vezes, envolvendo a necessidade de mudar para um novo idioma e, por sua vez, a necessidade de desenvolver, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, uma PLF. No entanto, a PLF é inerentemente diferente das políticas nacionais e sociais amplas no que se refere à entrada e ao efeito de questões emocionais e dimensões psicológicas. Experiências passadas e presentes, esperanças e preocupações com a PLF, entretanto, é inerentemente diferente das políticas nacionais e sociais amplas no que diz respeito à entrada e ao efeito de questões emocionais e dimensões psicológicas, proximidade, para mencionar apenas algumas variáveis, fazem parte da própria essência da vida familiar.

A dinâmica familiar na área de comportamento e atitudes em relação ao idioma pode ser analisada em termos do discurso de política linguística e com base em conceitos convencionais de política, mas, ao fazer isso, perde-se a essência do que é a família (TANNENBAUM, 2012, p. 57-58).

Para mais, voltamo-nos à complementação teórica realizada por Tannenbaum (2005, 2012), que fundamenta a abordagem das Políticas Linguísticas da Família (PLF), sobretudo da família multi-plurilíngue em experiência migratória, como uma forma emocional de lidar ou de se proteger de situações de conflito, pressão ou mudança. Em consonância com Spolsky, Tannenbaum defende que as PLF envolvem aspectos de prática, gestão e ideologia, mas também são afetadas por questões emocionais e psicológicas que devem ser reconhecidas como aspectos centrais na análise desse contexto. Ela acresce que as políticas linguísticas no âmbito familiar multi-plurilíngue podem ser vistas como mecanismos de enfrentamento/adaptação (*coping*) ou de defesa (*defence*) que as famílias usam para lidarem com os desafios e as oportunidades que surgem no contexto sociocultural em que vivem (TANNENBAUM, 2012).

A autora encontra na teoria freudiana sobre mecanismos de defesa e sinais de ansiedade, a justificativa para que o comportamento, as crenças e atitudes linguísticas sejam estudadas a partir desta ótica, com vistas a entender os aspectos emocionais e os motivos inconscientes envolvidos nas decisões linguísticas das famílias de migrantes. Ela assente que a manutenção do idioma nessas famílias deve ser analisada em termos de suas funções de enfrentamento e defesa, uma vez que as PLF podem refletir a maneira como o sistema familiar percebe a realidade externa e os estados internos, consciente ou inconscientemente, e utiliza sua política linguística para afetar seu bem-estar.

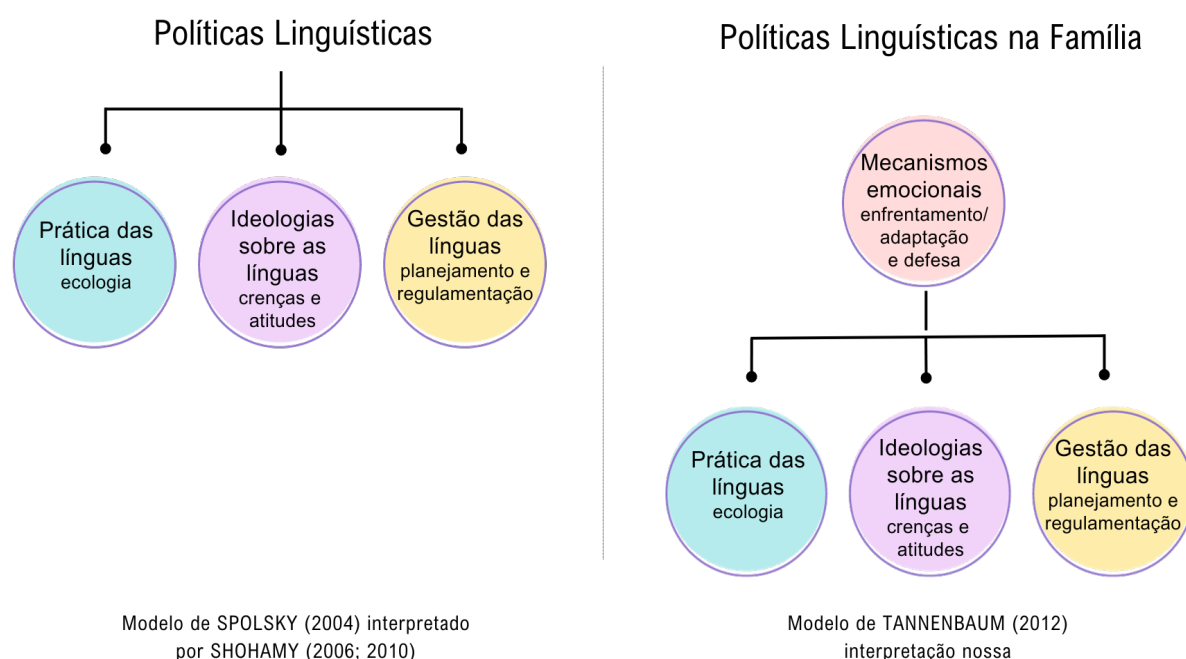
Tannenbaum (2012) define enfrentamento (*coping*) como esforços cognitivos e comportamentais que permitem aos indivíduos tolerar, evitar ou reduzir os efeitos do estresse, enquanto os mecanismos de defesa são estratégias que entram em ação em momentos de desequilíbrio psicológico e protegem os indivíduos das consequências emocionais da adversidade. Os mecanismos de enfrentamento focados na solução de problemas visam a fazer algo para mudar a situação estressante, já aqueles centrados na emoção referem-se a estratégias para reduzir o desconforto psicológico, evitando o estímulo problemático, sem tentar modificar a situação.

De acordo com alguns estudos apontados por Tannenbaum (2012), a coesão familiar, os relacionamentos próximos e a confiança estão, segundo a percepção das crianças e adolescentes, correlacionados de forma significativa e positiva com a manutenção das línguas em termos de seu uso real e de suas preferências. Além disso, os pais geralmente atribuem sua decisão ou seus esforços para incentivar a aquisição da segunda língua para si mesmos e para seus filhos aos possíveis benefícios econômicos do bilinguismo, como ser absorvido pela sociedade mais ampla e a necessidade de dominar o idioma majoritário para ter melhores perspectivas de trabalho no futuro. Isso pode servir como exemplo de um mecanismo de enfrentamento, que pode proteger os membros da família do desequilíbrio psicológico e fortalecer a família como um sistema.

Em contrapartida, por serem principalmente inconscientes, as estratégias de defesa mais evidentes em famílias de migrantes envolvem, entre outras coisas, manter um forte contato emocional com o passado, com memórias de infância, pais e avós por meio da manutenção da língua; ou testemunhar o desenvolvimento da competência linguística das crianças na língua dos pais, o que por sua vez pode levar a uma maior identificação com as crianças e/ou evitar o afastamento e a distância quando estas desenvolvem domínio apenas na segunda língua (língua majoritária); ou manter vínculos simbólicos com a língua de herança dos pais. Todos esses motivos e ações contribuem para o funcionamento geral do sistema familiar, bem como para sua autoestima, para a necessidade de uma apresentação de si mesma direcionada para a manutenção do bem-estar do grupo e para a promoção de sua adaptação geral (TANNENBAUM, 2012).

Essa reconceitualização pode ajudar a esclarecer a centralidade dos aspectos emocionais nas PLF, incluindo suas funções inconscientes, defensivas e adaptativas. A figura apresentada demonstra didaticamente a comparação entre as proposições de Spolsky e de Tannenbaum:

Figura 1 - Representação dos esquemas de PL de Spolsky e do esquema de PLF de Tannenbaum



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A figura 1 demonstra que a proposta complementar de PLF de Tannenbaum (2012) consiste em abranger, também, a dimensão emocional como lente de análise das práticas, ideologias e gestão em relação às línguas, promovendo a compreensão da centralidade dos aspectos emocionais envolvidos nas decisões tomadas pelas famílias, incluindo suas funções inconscientes, defensivas e adaptativas. Ademais, o suporte desta dimensão pode ditar como as línguas são usadas, vistas e mantidas, já que as condições psicológicas dos indivíduos afetam as escolhas linguísticas feitas pela família, bem como as políticas são adotadas e implementadas.

3 Conclusão

A complementação sugerida por Tannenbaum ao modelo spolskiano, se dá em torno dos mecanismos de enfrentamento (coping) e defesa (defence) como aspectos não previsíveis que afetam as políticas linguísticas da família de várias maneiras, sobretudo, para proteger o sistema familiar contra ameaças e/ou perdas. No caso de famílias, em experiência migratória, as PLF servem para evitar ou modular a descarga de impulsos indesejados e ajudam a proteger o ego (ou, nesse caso, o sistema familiar) do estresse emocional.

As famílias nessas condições desenvolvem mecanismos de defesa e enfrentamento para lidarem com as alterações dos seus modos de vida, valendo-se dessas estratégias para sobreviverem às adversidades advindas do contexto de migração.

Aplicar uma perspectiva de mecanismos de defesa e enfrentamento às PLF consiste em um processo dinâmico. Compreender a gestão, as práticas e as ideologias linguísticas das famílias por essa lente não significa adotar uma política estática e final. Os comportamentos podem mudar, as preferências ser modificadas e as posturas ideológicas transformadas, assim como em outros contextos de política linguística ou de qualquer política. Esse aspecto dinâmico também deve ser visto como uma característica central, devido à natureza dinâmica das vivências.

É preciso levar em conta que desde suas primeiras produções teóricas, Spolsky já enfatizava que outras categorias de análise fossem consideradas conforme as particularidades de cada realidade de pesquisa sobre Políticas Linguísticas em quaisquer domínios.

Para demonstrar que não esteve alheio às discussões provenientes de seu estudo, posteriormente, Spolsky (2018; 2021), retoma sua teoria para revisar algumas lacunas da tríade analítica entre práticas, ideologias e gestão linguística na determinação de políticas linguísticas nos diversos domínios, propondo modificações na condução de análise de cada elemento da triangulação. No âmbito da gestão, por exemplo, ele pondera sobre a relevância de se fazer a distinção entre defensores (indivíduos sem poder) e gerentes (que detêm determinado poder).

O autor também alerta para a importância de acrescentar, no nível do indivíduo, a questão do autogerenciamento e das tentativas de expandir os repertórios pessoais para melhorar a comunicação e a empregabilidade das línguas. Ademais, o autor (2018), reitera que mesmo as circunstâncias que levem a políticas de línguas viáveis, haverá a possibilidade de que estas sejam bloqueadas ou prejudicadas por forças não-linguísticas, a considerar, por exemplo, genocídios, conquistas/exploração, colonização, doenças introduzidas, escravidão, corrupção e desastres naturais.

A respeito do domínio familiar, especificamente, Spolsky (2021) considera crucial a política linguística da família, no que concerne à transmissão natural das línguas entre gerações; à condição ideal para a manutenção das línguas; à influência de fatores externos; a complexidade da família e o desafio que esta impõe à gestão linguística em outros níveis.

Destacamos como importante contribuição de Tannenbaum (2012) para o avanço nas pesquisas sobre PLF, de que estas podem ser analisadas a partir de uma perspectiva de mecanismos de defesa e enfrentamento, levando em consideração a dinamicidade das interações. Para ela, os comportamentos linguísticos, as crenças e a ideologia das famílias não são aspectos estáticos nem definitivos quando vistos por essa ótica, já que podem se alterar, se adaptar e se transformar, assim como em outras situações de política linguística ou de qualquer outra política. A pesquisadora ainda ressalta que as PLF podem sofrer adaptações a mudanças externas ou internas, conscientes ou inconscientes, o que exige um aprofundamento investigativo a partir de metodologias que contemplem também a dimensão emocional. Ademais, a autora sugere que pesquisas no campo das Políticas Linguísticas devem estender o estudo da dimensão emocional a instâncias mais amplas, como as nacionais. Por fim, Tannenbaum (2012) tece uma crítica ao rumo das pesquisas sobre PLF que não aproveitam as contribuições importantes das abordagens psicológicas, psicanalíticas e psicodinâmicas e enfatiza a necessidade de integrar essas perspectivas a pesquisas futuras, mostrando a relevância desses conceitos, uma vez que as emoções sejam centrais na família e nas dinâmicas que afetam suas políticas. Tais conceitos precisam ser analisados de forma mais sistemática por métodos quantitativos e qualitativos, deixando de ser tratados como resultados secundários de processos tão complexos e multifacetados.

Referências

- BERGER, I. R. **Gestão do multi/plurilinguismo em escolas brasileiras na fronteira Brasil - Paraguai: um olhar a partir do OBEDF**. Tese (Doutorado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.
- BERGER, I. R.; KLAUCK, S.; OLIVEIRA, R. A. Reflexões sobre o conceito de língua de herança para a abordagem de gestão de línguas no domínio familiar: memória, identidade e/ou patrimônio? **Revista de Letras Norte@mentos**, [S. l.], v. 14, n. 37, 2021. DOI: 10.30681/rln.v14i37.7755. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/norteamentos/article/view/7755>. Acesso em: 16 maio 2023.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- SHOHAMY, E. **Language Policy: hidden agendas and new approaches**. Routledge: Oxon, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203387962>. Acesso em 14 abr. 2021.
- SOUSA, S. C. T.; SILVA, M. E. M. E. O estatuto e as crenças de estudantes do PEC-G em relação à língua portuguesa: 'o português é muito importante'. **Prolíngua** (JOÃO PESSOA), v. 15, p. 1-15, 2020.
- SOUSA, S. C. T.; SOARES, M. E. Um estudo sobre as políticas linguísticas no Brasil. **Revista de Letras** (Fortaleza), v. 33, p. 102-112, 2014.
- SOUSA, S. C. T. A teoria da gestão da língua de Bernard Spolsky. In: SEVERO, C. G. **Políticas e direitos linguísticos: revisões teóricas, temas atuais e propostas didáticas**. Campinas: Pontes Editores, 2022. p. 101-126.
- SPOLSKY, B.; SHOHAMY, E. **The languages of Israel: Policy, ideology and practice**. Clevedon: Multilingual Matters, 1999.
- SPOLSKY, B. **Language policy: key topics in Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge, 2004.

- SPOLSKY, B. **Family language management**: Some preliminaries. *In*: STAVANS, A. & KUPFERBERG, I. (eds.). **Studies in language and language education**: Essays in honor of Elite Olshtain. Jerusalem: The Magnes press, Hebrew University, 2007. p. 429–449.
- SPOLSKY, B. **Language Management**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- SPOLSKY, B. **What is language policy?** *In*: SPOLSKY, B. **The Cambridge Handbook of Language Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 03-15.
- SPOLSKY, B. A modified and enriched theory of language policy (and management). **Language Policy**, n. 18, p. 323–338, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10993-018-9489-z>. Acesso: 15 out. 2023.
- SPOLSKY, B. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. Tradução de Paloma Petry. Revisão técnica de Pedro M. Garcez. **ReVEL**, v. 14, n. 26, p. 32 - 44, 2016. Disponível em: <http://revel.inf.br/files/f69d74cdefbd9c6efb801010f2ac8b13.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- SPOLSKY, B. **Rethinking language Policy**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.
- TANNENBAUM, M. The multifaceted aspects of language maintenance: A new measure for its assessment in immigrant families. **International Journal of Bilingual Education and Bilingualism**, n. 6(5), p. 374–388, 2003.
- TANNENBAUM, M. Viewing family relations through a linguistic lens: Symbolic aspects of language maintenance in immigrant families. *The Journal of Family Communication*, n. 5(3), p. 229–252, 2005.
- TANNENBAUM, M.; HOWIE, P. The association between language maintenance and family relations: Chinese immigrant children in Australia. **Journal of Multilingual and Multicultural Development**, n. 23(5), p. 408–424, 2005.
- TANNENBAUM, M.; M. BERKOVICH. Family relations and language maintenance: Implications for linguistic educational policies. **Language Policy**, n. 4, p. 287-309, 2005.
- TANNENBAUM, M. Family language policy as a form of coping or defence mechanism. **Journal of Multilingual and Multicultural Development**, n. 33(1), p. 57-66, 2012. DOI: 10.1080/01434632.2011.638074.

Submetido: 20/09/23

Aceito:26/10/23